



# Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 16.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1977.

### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Canargo, Renato Bernardi e Trajano Bastos (28); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Wadenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ANTÔNIO FACCI (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deferido. O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.  
(É feita a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados.

Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita, "exponete sua", solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário a chamada dos Senhores Deputados, para verificação de quorum para votação.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada 28 Srs. Deputados.

Há quorum para votação.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, ao que me parece a chamada teve duas respostas.

O SR. IVO THOMAZONI (Ivo Thomazoni) — No início da sessão, o Sr. Deputado Antônio Facci solicitou a chamada dos Srs. Deputados.

Feita a chamada, verificou-se a presença de 23 Srs. Deputados.

Havia quorum para prosseguimento da sessão.

No entanto, na passagem da Ordem do Dia, a Presidência houve por bem solicitar a chamada dos Srs. Deputados, para

verificação de quorum para votação. Responderam a chamada 28 Senhores Deputados. A Presidência, todavia, pede a confiabilidade de V. Exa. nas informações prestadas pelo Sr. Secretário.

V. Exa., Deputado Enéas Faria, pela ordem, poderá pedir nova verificação de quorum.

A Presidência solicita ao Sr. Deputado Rosário Pitelli nova contagem dos Srs. Deputados presentes.

(É feita nova contagem dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 29 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, é altamente constrangedor para nós, estarmos solicitando verificação de votação.

V. Exa. Sr. Presidente, cumpre, hoje, para gáudio nosso, o Regimento Interno.

Mas, o nosso procedimento foi tão somente para que não recaísse nenhuma dúvida sobre esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência volta a informar que, na abertura da sessão, foi solicitada verificação de quorum pelo Sr. Deputado Antônio Facci.

Na seqüência, para votação da Ordem do Dia, a Presidência houve por bem solicitar nova chamada para verificação se existia quorum regimental para votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, estou satisfeito. Confio na contagem do Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de anunciar, neste Plenário, a presença do Sr. Vereador Fiori Luiz, do MDB de Londrina.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 130/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIODIFUSÃO DO PARANÁ — AERP, com sede na cidade em que residir o Presidente da mesma, e foro na Capital do Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito que se faça nova verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência verificou o erro em que incorreu. A AERP tem sede na cidade em que residir quem a preside.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Com todo o respeito que nós temos pelo ilustre parlamentar e amigo, Deputado Enéas Faria, nós achamos que, dentro da vitória do complexo que defendemos, já é um fato de matéria vencida. Já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, aplica regimentalmente, a solicitação do Sr. Deputado Enéas Faria, e procederá à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 130/76, queiram conservar-se como estão.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

24 Srs. Deputados aprovam a matéria.

Não há quorum para deliberar.

Para uma questão de ordem, com a palavra o Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Gostaria que V. Exa. providenciasse no sentido de fornecer a todos os Srs. Deputados, os nomes dos Srs. Deputados que se encontravam presentes ao ofício.— Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, por uma liberalidade, solicita ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Rosário Pitelli a fim de que os Srs. Deputados presentes possam conferir se lhes foi computada presença que tão somente faça a leitura dos nomes dos Senhores Deputados que responderam a chamada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Em votação o projeto. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 130/76.

Levanta-se a sessão.

### 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 17.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1977. QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Piétrangelo, Waldenício Barbalho, Gabriel Sampaio e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Juranir Messias, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato, João Fadel, Otássio Pereira e Werner Wanderer (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão

anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado um voto de congratulações ao Ilustríssimo Senhor General ADALBERTO MASSA, digníssimo Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pelos cinco anos de permanência à frente da DRT/PR.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

Por si só, essa permanência de cinco anos à frente de tão importante órgão, é prova incontestante do alto poder de equilíbrio do Sr. Adalberto Massa, que reúne em si as qualidades indispensáveis que fazem de sua pessoa não só uma autoridade mas um autêntico líder nos litígios trabalhistas que podem ser solucionados no âmbito da DRT, tendo sempre abertas as portas de seu gabinete, mesmo àqueles contrários ao seu ponto de vista.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado ao presidente da TELEPAR, expedientes nos seguintes termos:

Temos constatado, ultimamente, que as ligações telefônicas locais e interurbanas, estão sofrendo interferências de outras ligações, isto é, das chamadas linhas cruzadas, comprometendo, sem dúvida alguma, a eficiência dos serviços prestados pela TELEPAR.

Isso ocorre de maneira acentuada nesta Assembléia, onde não se consegue completar uma ligação sem interferência.

O objetivo de nossa observação, nesta oportunidade, é, sobretudo, colaborar com a Companhia de Telecomunicações do Paraná, e fazer com que os seus órgãos diretivos, pelos meios que evidentemente dispõe, procure corrigir essa deficiência, preservando, desta forma, o sigilo das conversas telefônicas.

Acreditamos que, se adotadas tais providências, a TELEPAR continuará desfrutando o seu bom prestígio junto à população.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que sejam, com urgência, retificados os trechos de acessos da PR-272 à Vila Porto Ubá, no município de Jardim Alegre, bem como seja diminuído o pátio de estacionamento do Posto da Polícia Rodoviária local, o qual em virtude da extensão do seu alambrado, fechou e dificultou um dos acessos à citada Vila, causando inúmeros transtornos e prejuízos ao comércio tradicional.

Tal apelo se faz, visando atender aos anseios dos moradores da Vila, bem como propiciar o melhoramento e a duplicação dos acessos àquela Vila Pioneira de Porto Ubá, tendo-se em vista que para o asfaltamento do acesso a firma empreiteira deixou acesso único em local íngreme e de difícil trânsito,

como também a edificação do posto da Polícia Rodoviária localizou-se na área doada pelo fundador Gregório do Rosário, destinada à praça de esportes.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao ilustríssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, sugerindo a instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito na cidade de ALTÔNIA, deste Estado.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

A cidade de Altônia, elevada à categoria de comarca no ano próximo passado, agiganta-se a cada dia.

A extensão territorial do município, de aproximadamente 1.100 quilômetros quadrados, distribuídos em mais de 6.000 propriedades rurais, abriga uma população real de aproximadamente 70.000 habitantes, dedicados em sua grande parte a exploração agrícola, constituídas de pequenas propriedades rurais.

A que se ressaltar a densidade demográfica do município, determinada pelo sistema de colonização que dividiu toda a área em pequenos lotes rurais, explorados por economia familiar que se dedicam ao cultivo do café, riqueza máxima do município que o situe entre os mais ricos do Paraná.

Essa riqueza, proporcionada pela fertilidade da terra, aliada ao espírito empreendedor de seu povo, trabalhador e idealista, serviu como mola propulsora para o surgimento de uma grande e progressista cidade, que se desenvolve em ritmo extraordinário, assumindo hoje, posição de destaque na constelação das grandes cidades paranaenses.

Pelas razões relatadas, que poderão ser comprovadas por levantamento sócio-econômico, normalmente procedente a efetiva instalação de agência, é que se faz necessária a presença da Caixa Econômica Federal, inegavelmente, fator que impulsionará ainda mais o progresso da grande ALTÔNIA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Presidência da Associação dos Municípios do Paraná, formulando as sugestões e os apelos que se seguem:

- a) Pugnar pelo estabelecimento da autonomia da entidade, rechaçando toda e qualquer interferência política contrária aos seus princípios;
- b) Zelar para o restabelecimento imediato dos dogmas democráticos com o ofertamento de equitativo tratamento às Prefeituras associadas, extinguindo-se o diferenciamento de atenção, quanto às siglas partidárias caracterizadoras dos chefes de Executivos municipais;
- c) Atuar junto à Superintendência de Desenvolvimento do Extremo Sul — SUDESUL — objetivando a ampliação de recursos para carreamento às micro-regiões, procedendo levantamento criterioso para avaliação da aplicação dos benefícios já destinados;
- d) Promover estudos para estabelecimento de novos critérios na elaboração de convênios, objetivando participação maior por parte do Estado e da União, conforme o proposto, minimizando os encargos

das Prefeituras municipais impossibilitadas financeiramente de arcar com os pesos atuais;

- e) Reivindicar percentagens mais elevadas para o município em decorrência da arrecadação para o Fundo de Participação e nas diversas receitas, onde o mesmo se apresenta como agente-arrecadador com insignificante poder de retenção;
- f) Pleitear junto ao Instituto Nacional do Trigo e criação e instalação de um escritório-central a ser sediado na cidade de Maringá e a agilização de estudos que culminem com o inconcebível e altamente-prejudicial "passeio do trigo" no Estado e no País.
- g) Interceder de forma enérgica e objetiva junto ao Ministério de Educação, enfatizando a necessidade urgente da federalização das universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa;
- h) Proceder contatos com o Ministério dos Transportes objetivando a extensão de via-férrea até Foz do Iguaçu, partindo do terminal de Guaraçuva e de igual forma a ligação com Campo Mourão partindo do tronco de Maringá e uma ramificação para inteligência dos municípios de Paranavaí, neste Estado e Dourados, no vizinho Mato Grosso;
- i) Efetivação de estudos e criterioso levantamento para elaboração de projeto a ser apreciado pelo Ministério da Saúde, para instalação de hospital psiquiátrico na pujante região do Sudoeste, o que possibilitará o término do saturado atendimento da Capital, promíscuo, miserável e criminoso, assim como também a disseminação de centros de atendimento e recuperação do Menor, cuja assistência em Curitiba assemelha-se à oferecida pelos órgãos de cura psiquiátrica;
- j) Conseguir junto ao INPS medidas racionais que permitam a efetiva normalização financeira da atual situação de endividamento do município para com o órgão previdenciário;
- l) Recorrer à TELEBRÁS encarecendo a democratização da atuação da TELEPAR cujos altíssimos custos operacionais e de comercialização não condizem com seus péssimos serviços além de serem absurdas suas exigências para instalação de postos nos municípios paranaenses;
- m) Atuação junto ao Governo do Estado no sentido de que o combate à erosão deixe de ser instrumento de política e engodo de gritantes conseqüências e realmente seja encarado como meta prioritária da administração;
- n) Observando-se que a responsabilidade da segurança pública nos municípios é de toda atribuída aos poderes públicos dos mesmos é justo que também as dotações orçamentárias destinadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado sejam retidas nas fontes arrecadadoras, sendo este um aspecto digno de estudos por parte da Associação dos Municípios do Paraná;
- o) Solicitar ao Congresso Nacional e imediata revisão da Resolução 61/75, emanada do Senado da República. Tal documento é conveniente mas cerceia a programação econômica dos municípios, tornando-a inflexível e minando a autonomia dos mesmos;
- p) O eixo rodoviário Londrina-Maringá, que beneficia no seu curso de 120 kms, mais de vinte populosos municípios imediatas para adequação ao enorme fluxo de veículos Urge a implantação de obras para seu alargamento;
- q) Efetivação de gestões junto ao MEC visando a im-

- plantação da Universidade do Oeste na cidade de Cascavel, bem como a instalação da Faculdade de Medicina junto à Universidade de Maringá e da Administração de Empresas Rurais para sedimento no extremo-nordeste no eixo Nova Londrina-Loanda-Santa Isabel do Ivaí
- r) Pugnarpela adoção de critérios menos teóricos e mais realistas e efetivos por parte do PLANASA para beneficiamento e atendimento aos municípios, no setor de abastecimento de água e coleta de esgotos;
  - s) Também o turismo paranaense deve ser objeto da atenção da AMP, com a elaboração de avançado Projeto para estruturação de obras e meios para maior gabaritamento na filosofia para atração de visitantes, principalmente no tocante ao aprimoramento das condições de nossos balneários.
  - t) A navegação fluvial como opção de menor custo para o transporte é outro setor meritório da movimentação reivindicatória da AMP;
  - u) É absolutamente necessário que a entidade ouça os reclamos dos homens que plantam que anseiam por medidas realmente estimuladoras, atualmente estraçalhadas por preços injustos, corte de subsídios e a burocracia enervante dos órgãos oficiais de crédito, assim como a retração do mesmo e a taxação de tributos excessivos e discordantes com a política de aumento de produção e produtividade, freqüentemente acenada pelo Governo Federal e do Estado;
  - v) Atentar para a recuperação e preservação do meio-ambiente inclusive de forma doutrinária, pois é alarmante o avanço do desequilíbrio ecológico;
  - x) Maior vistas ao textualizado na "CARTA DE FOZ DO IGUAÇU" elaborada no Primeiro Congresso de Prefeitos do Paraná, realizado sob os auspícios da AMP e que é considerada uma verdadeira cartilha municipalista, pelo que deve ser ressuscitada e que sirva como Estatuto da luta permanente da entidade de representação das prefeituras paranaenses;
  - z) Motivar os Senhores prefeitos e representantes do magistério para elaboração de estudos e sugestões a serem apreciadas pelo Ministério de Educação, para Primeiro grau, tendo como princípio o barateamento do material escolar, partindo da padronização do livro escolar.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

## PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 17/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a erigir na localidade de Linha dos Gaúchos, antigamente denominada "Formigas", município de Catanduvas, distando 8 kms, da cidade de Guaraniaçu, um monumento estilo pantheon, onde serão recolhidos os restos mortais de soldados brasileiros que ali tombaram em combate entre as forças do Mal. Rondon e os revoltosos do Gal. Isidoro Dias Lopes, no ano de 1924, cujos restos mortais jazem espalhados em valas comuns.

Art. 2.º — Tal monumento será denominado "PANTHEON DO SOLDADO DESCONHECIDO DE FORMIGAS 1.924".

Art. 3.º — A contar da data da publicação da presente Lei, será constituída uma Comissão Organizadora e Coordenadora, que após 90 dias da sua constituição, apresentará minucioso e detalhado estudo do projeto de obras para a construção do monumento, ficando também a seu cargo a fiscalização das obras e demais providências para a inauguração e legalização da transladação dos restos mortais para o Pantheon.

Parágrafo Único — A Comissão Organizadora e Coorde-

nadora referida neste artigo, a ser constituída no prazo de 30 dias a contar da presente Lei, será integrada por 8 (oito) membros, tendo como Presidente nato, Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, a saber: Um membro indicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; um membro indicado pelo Museu David Carneiro; um membro indicado pelo Museu Paranaense; um membro do Departamento de Cultura da Secretaria da Educação e da Cultura; um membro representante da quinta Região Militar; um Representante da Prefeitura Municipal de Catanduvas e um membro indicado pela Emopar.

Art. 4.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei, ocorrerão através de competente crédito especial, a ser solicitado pelo Chefe do Poder Executivo, após a aprovação do projeto elaborado pela Comissão Organizadora.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

## JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, queremos ressaltar o valor do soldado brasileiro e trazer ao conhecimento das novas gerações as tradições e glórias passadas, que muitas vezes jazem esquecidas e relegadas a segundo plano.

O culto de glórias passadas e do heroísmo daqueles que à custa da sua própria vida nos legaram o que hoje desfrutamos, não pode nem deve ser esquecido.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de Lei, que temos a certeza contará com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Projeto de Lei número 18/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a área de terras, constituídas de 25 alqueires - situado no Núcleo Vera Guarani, adquiridas conforme transcrição de número 685 e 686, do Livro 3-A, folhas 38, do Registro de Imóveis da comarca de Mallet.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

## JUSTIFICATIVA:

A presente área de terras, não tem a serventia necessária aos interesses do Estado, razões pelas quais estamos autorizando a sua alienação através do presente projeto de lei, que temos a certeza contará com a aprovação dos nobres pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para ler duas notícias; uma da Capital gaúcha e outra aqui, de Curitiba.

O título da imprensa gaúcha diz o seguinte:—

"Protestos contra a suspensão dos registros de exportação de soja.

Os presidentes da FECOTRIGO, Ari Dalmolin, do Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais do RS, Luiz Tombesi, e o diretor do Departamento de Soja da Federação das Associações Comerciais do RS, Oscar Caleffi, enviaram telex, no

final da tarde de ontem, ao diretor da CACEX, Benedito Moreira, protestando contra a suspensão dos registros de exportação de soja em grãos, farelo e óleo de soja, ocorrida sexta-feira última.

A decisão de enviar o telex foi adotada durante a reunião do Comitê Estadual da Soja, realizada à tarde.

Alguns setores empresariais temem que a suspensão de registros se deva a uma possível intenção do governo de instituir um confisco cambial ou um contingenciamento nas exportações de soja e derivados, à semelhança do que ocorreu em 1973.

A íntegra do telex enviado ao diretor da CACEX é a seguinte: — “Produtores, comerciantes e industriais de soja, pelas suas legítimas representações junto ao Comitê Estadual da Soja, novamente hoje reunidos junto à CACEX local, contando com a presença de representação do próprio governo estadual, vêm respeitosamente manifestar a Vossa Excelência, diante da sustação de vendas de óleo, farelo e grãos para o exterior, a mais séria preocupação do Rio Grande do Sul, por todos os seus setores ligados àquela economia, diante de qualquer eventual alteração das normas vigentes para aquelas exportações.

Permitem-se, outrossim, rogar seu urgente e oportuno pronunciamento no sentido de devolver a imprescindível tranquilidade ao setor que hoje se constitui da mais alta significação social e econômica para nosso Estado”.

A outra notícia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é da “Gazeta do Povo”.

Esta declaração é uma das grandes homens, líderes da agricultura do Estado do Paraná, Dr. Mário Stadler de Souza, que diz o seguinte:—

“Sou absolutamente contra qualquer confisco que se processe na industrialização da soja ou que se crie qualquer imposto adicional nas importações da soja.

Isto, em absoluto irá contribuir para que os preços da soja no mercado externo baixem ou a inflação seja restrita.

Não sei como os técnicos na exportação brasileira querem que a soja perca o preço no mercado interno.

Sinceramente, não entendo a política que eles pretendem para nosso principal produto de exportação.

Mário Stadler de Souza, presidente da Federação da Agricultura no Estado do Paraná, manifesta-se contrariamente à criação do confisco da soja para industrialização ou cobrança de impostos para a exportação.

Sua posição, líder agrícola no Paraná, reforça os pedidos encaminhados ao Ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura, durante sua permanência na última segunda-feira, em Cascavel.

Na ocasião, embora afirmasse nada existir sobre o assunto Paulinelli, não quis declarar nada oficialmente confirmando esta afirmação.

Pediu para ninguém falar sobre isso nos jornais e noticiários de rádios e televisões”.

Senhores Deputados: A grande verdade é que não pode o governo orgulhar-se do planejamento, da eficiência e da previdência.

O sistema rígido lhe deu condições excepcionais para planejar, avaliar e renovar.

Mas nós estamos vivendo a conjugação de três fatores adversos: a incompetência, a ineficiência e a imprevidência; o empirismo, a experiência do vai e volta ao mesmo ponto.

Acabamos nos acostumando com a instabilidade, que agora, nos momentos de crise, se torna angustiante.

O governo tem sido um padrao para o agricultor mas alardeia que o trata com carinho.

E toda campanha de publicidade que faz aparece o agricultor sorridente a louvar-lhe as iniciativas.

Os sojicultores brasileiros vivem na EXPECTATIVA DO CONFISCO, com que o Governo socializa os prejuízos sem socializar os lucros.

E justamente agora que o governo decidiu acabar com o empréstimo compulsório dos combustíveis cresceu o temor da aplicação de um compulsório, um confisco sobre os preços da soja.

O produtor discorda do confisco em todo o País.

O aumento dos custos, inclusive juros, se acentuou seguindo a cauda da inflação.

E somente os produtores não têm de onde tirar a elevação dos custos de produção.

Estabelecer nesse quadro o confisco é desestimular a produção e jogar para os produtores rurais a responsabilidade de recuperar a economia brasileira.

Fica a advertência para que o governo dela faça bom uso.

Os produtores rurais brasileiros desejam e estão contribuindo para o progresso da Nação, mas se recusam a continuar sendo o setor mais vulnerável da riqueza nacional, setor onde se investe e se tenta organizar equilibradamente uma economia, mas que não encontra uma política econômica e social compatível”.

Sr. Presidente, termino apenas lendo um requerimento.

(Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, envio ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, seja profundamente analisada as declarações na “Gazeta do Povo” em data de 16 de março de 1977, feita pelo Exmo. Sr. Mário Stadler de Souza, Presidente da FAEP-Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Representando não só as aspirações dos Sindicatos, mas de todos os Sojicultores do Estado.

Motivo que poucos conhecem os esforços gigantesco que o agricultor realizou em favor do País; criando alimentos e divisas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir a exposição feita, desta tribuna, pelo Deputado Ernesto Dal'Oglio e parece, até que a minha presença hoje, nesta tribuna, seja apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para complementar, talvez o pronunciamento feito pelo nobre Deputado do Oeste do Paraná, Ernesto Dal'Oglio.

(Lê) “Estamos enfrentando problemas de produção, problemas de organização do trabalho, problemas de representação social, e política.

Estamos caminhando para a definição de outros rumos na vida social brasileira.

Conscientes do beco em que nos metemos, depois de um decênio de desnacionalização, elitismo e arbítrio, numa crise profunda.

A euforia está sendo lançada no campo, depois que o Governo decidiu que na agricultura repousa uma esperança maior do que se admitia até recentemente,

Mas, apesar da disposição de trabalho, os produtores do campo não compartilham inteiramente desse ânimo especial que o Sr. Ministro da Agricultura tenta espalhar por aí.

É que as alternativas constantes, a instabilidade do planejamento econômico, e as decisões de última hora levam o trabalhador brasileiro a não poder prever os acontecimentos; a não confiar no que lhe dizem, porque sabem que no decurso do plantio à safra muitas mudanças súbitas ocorrem.

E como já não bastassem as variações e dos custos dos

financiamentos, os produtores sabem que o jogo da economia continua rebentando justamente no nível de baixo.

Um país que lança suas expectativas sobre muitas coisas ao mesmo tempo, que tem um planejamento central a alegar conjunturas e crises para mudar tudo sem consultar ninguém, não pode esperar demais daqueles que trabalham.

Somos hoje um país que importa alimentos.

Estamos comprando legumes, bovinos, leite, trigo; e até café.

E tudo isso sangra as caras divisas nacionais.

Esta estranha política econômica demonstra irracionalidade.

E agora há a ameaça de confisco sobre os preços da soja exportada.

Os produtores brasileiros não adotam uma atitude egoísta.

Eles não confiam em nosso planejamento.

A inquietação começa a se alastrar nos meios rurais.

Se, de um lado, o trabalho realiza os milagres da Nação, de outro, os responsáveis pelas políticas econômica e social criam situações muito difíceis de superar.

A inquietação de que estou falando é, para grande maioria, apenas uma sombra, uma grande nuvem teimosa, que se procura não olhar, esperando que os ventos se encarreguem de levá-la para longe.

É que a maioria do povo sente as dificuldades, sente a falta de segurança em suas atividades; sente a falta de futuro.

Mas, acostumada ao trabalho e à concentração exclusiva nos seus afazeres, desacostumou de pensar, de ler, de debater, de organizar e manifestar-se com resolução.

A maioria do povo teve que deixar de pensar por todos; o debate passou a ser orientado de cima para baixo; e as manifestações não programadas foram procrístas.

Recentemente, a maioria do povo recebeu uma recomendação, uma licença especial: pode manifestar-se porém nos partidos políticos.

Porém, não ficou sabendo se serão só os empresários que terão esse direito; se serão só os empresários da indústria ou os empresários de São Paulo.

E também não ficou sabendo se os produtores têm o direito de manifestar-se exclusivamente pelos partidos políticos, ou se poderão manifestar-se apenas pela ARENA.

E como a maioria do povo não tem compatibilidade com o governo ou sequer com a ARENA, embora se veja obrigado a requerer, reclamar e pedir através da ARENA e dos técnicos do governo; a maioria do povo ficou na mesma situação.

Há interpretação corrente que nos diz: a maioria poderá continuar reivindicando, em termos, através de minoria; e na minoria, a diminuta minoria da ARENA; e, mesmo nesta, pelas lideranças do partido; e nestas lideranças através daquela parcela que constitui o poder e o governo.

Senhores Deputados:

Os homens conscientes sabem que não se trata de apenas uma nuvem.

Não é um fenômeno temporário, climático.

Os que trabalham sabem que estamos vivendo de "expedientes".

Quer dizer, estamos navegando à deriva, rumo aos escombros.

Estamos vivendo um período muito difícil.

Não são apenas momentos de uma conjuntura.

É todo um período com seus altos e baixos mas que no conjunto somente poderia chegar onde chegou.

Os pregoeiros do otimismo são os beneficiários da situação.

E contam com os ingênuos e ignorantes.

A política é a ciência mais geral que convoca, orienta e organiza os homens, E não há uma política certa se ela não atende à nação, se ela não leva em conta a maioria da nação.

O artifício de dizer que primeiro cuidamos dos meus para que estes possam oferecer depois alguma coisa aos membros do clã de Mateus e estes possam distribuir a renda à tribo e à nação; é a inversão dos interesses nacionais.

E estamos vivendo sob a política do engodo: o povo, as camadas que sustentam a nação estão espremidas, esperando que "Mateus e os seus" decidam.

Vivemos a política do engodo porque uma reduzidíssima minoria estabeleceu um modelo, sofismou e iludiu uma parcela ponderável de brasileiros e lhe pediu apoio.

Transformou essa parcela em defensores do "modelo" planejado e lhes destinou o papel de censores, pretores e ajudantes.

E o que está acontecendo agora.

O rei está nu e pouca gente tem coragem de dizer.

O fracasso é o resultado que temos sobre a mesa.

Não adianta voltar a sofismar sobre a conjuntura, o petróleo, a crise mundial.

A maioria dos brasileiros está em situação pior do que quando entrou no jogo; viu muita coisa, assistiu a estranhos acontecimentos; viu que muitas pessoas se beneficiaram do modelo.

Mas o povo...

Este não fez mais do que trabalhar, aumentar as horas de trabalho e a produtividade; aumentar as rendas nacionais.

E tudo isso se diluiu.

Algumas pessoas ainda estão pensando que dirigir um país é montar diretrizes.

Diretrizes ou planos para ajustar a realidade a interesses minoritários, com algumas poucas concessões à maioria.

A falta de planejamento adequado.

A falta de compreensão do todo nacional levou o país a um impasse.

Impasse econômico, social e político.

E vivemos hoje a ineficiência, a incapacidade.

Não como um resultado de estudos insuficientes apenas.

É que os interesses em jogo são conflitantes, e não podem ser ajustados e superpostos.

Não tivemos apenas um impasse de reforma burocráticas ou institucionais-burocráticas.

Vivemos um tempo nebuloso com problemas ligados à vida mais íntima da nação.

Mas, nação é povo e povo são os que estão voltados para os interesses gerais, da maioria da população.

O conceito de interesse e segurança nacional é indissolúvel do conceito de soberania popular.

Não há elite capaz de pensar pelo povo, decidir pelo povo.

E muito nos estranha isso, existir quem defenda essa aberração política.

E mesmo ante o fracasso ainda insista em dizer que a maioria está com o passo errado, e só ele ou um grupo, está com o passo certo.

O país não necessita de remédios.

O país necessita de rumos compatíveis com os interesses políticos, sociais e econômicos, nesta ordem de importância.

Mas, qualquer um deles não pode ser visto isoladamente, com a aplicação de meia-sola.

A Nação precisa reerguer-se."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna desta Casa do povo, para, novamente, falar em funcionalismo público. Entretanto, desta feita, considerando que o caso do "funcionalismo fantasma" teve a preconização feliz da Comissão Executiva para sua resolução; considerando que esse caso, para nós, termina aqui, falaremos hoje sobre a injustiça — e digo bem alto — injustiça cometida pelo Sr. Governador do Estado, na montagem da nova tabela de vencimentos dos funcionários públicos deste Estado.

Se observarmos, Sr. Presidente, a alta do custo de vida, nestes três primeiros meses deste ano de 1977, ano enfatizado pelo signo das previsões mais tristes da economia nacional, verificamos que o custo de vida, apenas neste curto espaço de tempo, alcançou, de um modo geral, uma alta de 50 por cento: transportes, alimentação, investimentos, medicamentos e até trabalhos profissionais de toda natureza. Os alugueres para as locações já permanentes, tiveram alta correspondente a 40 por cento, tanto na Capital como nas mais humildes cidades do Interior.

Os medicamentos exorbitaram até 75 por cento, o custo das consultas médicas aumentaram o dobro do seu valor vigente até o ano passado. Os proletários ficaram como estavam. E o funcionalismo público do Paraná vê, com tristeza e até lágrimas, uma mensagem do Sr. Governador — transformada em lei — concedendo-lhe um aumento que não alcança sequer 30 por cento de aumento. E esse funcionário que é escravo de um Estado que é seu, há anos e anos...

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos aqui, na Lei dos vencimentos...

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Deputado Lúcio Machado, gostaria de colaborar com um aparte a V. Exa.

**O SR. LÚCIO MACHADO** — Tem o aparte, V. Exa.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Tenho procurado, Deputado Lúcio Machado, pelo menos para não ficar na frustração de quase nada se poder fazer neste Poder e em outros Poderes Legislativos, estudar um pouco da matéria relativa ao funcionalismo público.

Uma matéria que esbarra logo na Constituição. Quando os Deputados poderiam aplicar uma maneira mais racional, porque isto, em sua maioria, mas ao lado dos dramas vividos não só pelos servidores, mas por todos os trabalhadores, é lamentável, profundamente lamentável. E chega a ser patético, quando vimos, antes e depois das eleições, os jornais "baterem o sino" dos agouros de maior índice de vencimentos para o funcionalismo público estadual. E, que não seria concedido, e, que não seria falado quanto... e o funcionalismo ficou naquele impasse.

Muitos deles, até deixaram para fazer as compras de fim de ano para o outro ano.

**O SR. LÚCIO MACHADO** — E votaram no Governo.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Votaram em massa. Foram ludibriados mais uma vez.

Enfim, a verdade é que se fez um mistério. Parece até que fizeram um engodo semelhante àquele que fizeram os batalhadores do "Cavalo de Tróia". E depois, veio S. Exa. dizer que o índice seria o maior do Brasil. E a imprensa está aí. Não sei quem foi que disse mais, se foi ele, ou se foi a imprensa. Entretanto, verdade é que só aumentou 30 por cento. E ainda há casos de não chegar a 30 por cento.

E é insuportável, é odiosa, é extemporânea a fase em que vivemos. Só de demagogia. E quando Ministros chegam aqui, no Paraná, e em todas as partes do País, dizendo que os pregoeiros, que os demagogos, que isso e aquilo e tantos outros adjetivos que se ouvem por aí, a verdade, Deputado Lúcio Machado, é que basicamente se aumentou 30 por cento. E aquele 79,5 por cento que é apregoado por aí, não passou de ajuste e uma manobra matemática, que se fez para que, quando surgir o novo salário mínimo em maio, o menor nível não esteja abaixo do mínimo regional.

Para que isto ocorresse, haveria encavalamento dos venci-

mentos dos servidores do Estado e, em verdade Deputado, em verdade, os níveis de 14 a 30 sofreram 30 por cento de aumento.

E esta filosofia, e este espírito, está expresso no Artigo 9º desta Mensagem enviada por S. Exa., o Governador do Estado, que retrata bem o pensamento, o interesse subjetivo do Governo de aumentar apenas 30 por cento.

Acontece que "o peixe morre pela boca". E este artigo 9º, eu chamo a atenção dos Srs. Deputados para examinar o texto deste artigo 9º da Mensagem, que não tem nada a ver com o texto da mesma, com os valores das tabelas. Um absurdo. Chega até a ser uma afronta.

Em audiência que tive com S. Exa., o Secretário de Recursos Humanos, na sexta-feira passada, não possibilitou a minha vinda a este plenário. É confessa a intenção do Governo. É lamentável que se tenha que dizer isto e, eu procurei não dizer, para fazer no exercício da Comissão de Constituição e Justiça da qual, atualmente, faço parte, para, esposar este mesmo pensamento e dar o meu voto para, posteriormente, vir a esta tribuna, fazer maiores considerações. Este era o aparte que gostaria de deixar e, peço desculpas por ter-me alongado demais.

Muito obrigado.

**O SR. LÚCIO MACHADO** — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. LÚCIO MACHADO** — Realmente, V. Exa. tem razões profundas, quando caracteriza que já é uma tática de defesa dos erros constantes que se cometem neste Governo, acusar os homens que não toleram o vício da maldade e que não se calam ante as injustiças que este tipo de governo tem cometido. Então, eles nos taxam de agitadores, eles nos taxam de demagogos. Mas existe, por ventura, demagogia mais estranha e mais vergonhosa do que essa cometida nas épocas das eleições últimas, quando se propagava a salvação econômica do funcionário do Paraná, para depois aparecer aqui a estruturação dos vencimentos codificados...

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. LÚCIO MACHADO** — ... em menos de 30 por cento, de um modo geral?

Somos demagogos?

Quem são aqueles que, realmente, faltam com a verdade? Somos nós, os parlamentares...

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Exa. me concede o aparte solicitado?

**O SR. LÚCIO MACHADO** — ... ou são os governos que usam e abusam das condições que se encontram para iludir uma classe que vive de ilusão há anos e anos seguidos, submissa a uma miséria constante, vendo seus familiares, seus filhos que lhes são mais caros, premidos pela necessidade da própria alimentação e da escolaridade necessária ao seu desenvolvimento e sua participação futura ao desenvolvimento deste Estado e da Nação.

Tem o aparte V. Exa.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Gostaria de afirmar a V. Exa. e ao Plenário que não pretendia interromper seu pronunciamento, mesmo porque sou relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, projeto que me foi entregue anteontem e que devo relatar hoje na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, considero que V. Exa. e o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, estão laborando em alguns erros que detalharei a todos nessa reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Não posso, entretanto, concordar quando se afirma no plenário que o aumento é inferior ou igual a 30 por cento. Eu diria ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que nós temos, no Paraná, setenta e quatro mil funcionários. Desses setenta e quatro mil funcionários, 44.666 estão entre os níveis I a XVI que perceberam um aumento, em média, de 62,69 por cento.



Dos restantes, dos níveis XVI ao nível XXX, nós temos, no Paraná, sete mil e poucos funcionários que exercem funções gratificadas e cargos em comissão, que são os verdadeiros responsáveis pelo funcionamento da máquina burocrática estatal e estes, além de terem recebido aumento salarial da ordem de 30 por cento, receberam para as funções gratificadas, ou seja, em cargos em comissão que exercem, aumento da ordem de 50 por cento. Também não quero deixar de frisar a V. Exa. que as pensões que o Estado paga, em casos especiais, deste Poder, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, foram aumentadas em mais de 200 por cento. O grande número de funcionários, de acordo com as tabelas do Poder Executivo, situa-se no nível 16. Neste nível reside a classe talvez mais sacrificada dos funcionários estaduais, que são, exatamente as professoras municipais. Tenho uma preocupação constante, pela minha vida, na qual sempre lutei ao lado das professoras, de verificar ponderadamente a situação das professoras primárias, que são as primeiras professoras. Estas professoras receberão aumento da ordem de 33,32 por cento a par de esperar, com justa ansiedade, que o Estatuto do Magistério, termine a sua tramitação, nesta Casa, e, em consequência desta lei complementar possa o Governo do Estado, através do quadro próprio do Magistério Público Estadual, dar a remuneração condigna às professoras.

Faço ainda um desafio de que me provem, nesta Casa, de que se há, dos 74 mil funcionários atingidos por este ponto-lei, com uma média inferior na sua totalidade, a um aumento inferior a 34,5 por cento. E também não posso concordar, Deputado Lúcio Machado, quando se afirma que o Estado do Paraná não foi o Estado que concedeu o maior aumento proporcional entre os Estados da Federação. Tenho, a propósito, um quadro que gostaria de relatar a V. Exa.

O último aumento de funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo deu-se, a vigência, a partir de 01 de janeiro de 76. Enquanto em São Paulo também em 01 de janeiro de 76, no Rio Grande do Sul também e no Estado do Rio de Janeiro também. O Est. S. Paulo propõe o aumento ao seu funcionalismo, entre 21 a 40 por cento, para uma vigência a partir do mês de março de 77. O Governo do Rio Grande do Sul, por sua vez, propõe um aumento da ordem de 21 a 43 por cento com vigência a partir de março de 77 e o Estado do Rio de Janeiro propõe um aumento geral da ordem de 30 por cento, também a partir de março. Portanto, V. Exa. há de concordar comigo, de que o funcionalismo daquele Estado ficará defasado em dois meses, enquanto ao funcionalismo do Estado do Paraná, o aumento terá a sua vigência a partir de janeiro de 77, com percentuais que V. Exa. conhece, da ordem de 30 a 79,5 por cento.

Era este o aparte que eu queria dar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência lamenta informar o orador, que o horário que lhe era reservado já se esgotou e concede-lhe dois minutos para concluir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O vosso aparte, nobre Deputado, se não fosse a verdade que o quadro retrata, até a mim me convenceria. Quando V. Exa. fala do aumento do funcionalismo do Estado de São Paulo, eu verifico nesta lei, que o professor do nível primário do Estado de São Paulo antes do vencimento, aquele colocado no nível 16 já recebia, se não me falha, dois mil, oitocentos e quarenta e sete cruzeiros, salvo engano, porque não tenho dados aqui oficiais. Entretanto, o professor primário do Paraná, colocado no nível 16, beneficiado com o aumento atual vai receber um mil seiscentos e poucos cruzeiros.

Verifica-se que a injustiça cometida na estrutura administrativa deste Estado contra o funcionário público que é a peça importante da movimentação e do desenvolvimento administrativo, ela tem uma caminhada antiga, ela tem uma caminhada longa e nenhuma defesa por mais bem montada como foi a de V. Exa. poderá convencer quem quer que seja, e, muito menos o professor do Paraná, muito menos o funcionário público

deste Estado.

Se nós observarmos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto já foi dito por muita gente que percebeu e que viu e que sentiu, já foi denunciado por muitos que têm o direito de denunciar. Uma empregada doméstica em Curitiba recebe muito mais, em termos de vencimento...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Esta Presidência lamenta informar a V. Exa. que o seu tempo se esgotou.

O SR. LÚCIO MACHADO — Já termino, Sr. Presidente.

... do que uma professora do nível 16, do ensino primário do Paraná, ainda com todo o benefício dado pelo Sr. Governador do Estado.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, passa-se ao horário reservado às lideranças, e concede ao Movimento Democrático Brasileiro os primeiros quinze minutos, do Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Diário Oficial do dia 5 de janeiro de 1977, traz publicado o Decreto número 2772, assinado pelo Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior e pelo Dr. Armando Queiroz de Moraes, Chefe da Casa Civil. Diz o Decreto: (Lê): “O Governador do Estado do Paraná resolve nomear Emílio Hoffmann Gomes para exercer o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado. Curitiba, 04 de janeiro de 1977. Assina Jayme Canet Júnior, Governador do Estado; Armando Queiroz de Moraes, Chefe da Casa Civil”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Diz a Constituição do Estado, no seu artigo 41, o seguinte: (Lê): “O Tribunal de Contas, com sede na Capital, tem jurisdição em todo o Estado. Parágrafo 1º: O Tribunal de Contas exerce no que couber, as atribuições previstas pelo artigo 115, da Constituição Federal, e terá Quadro Próprio para o seu Pessoal”.

§ 3º — Os seus Conselheiros serão nomeados pelo Governador, depois de aprovada a indicação pela Assembléia Legislativa, dentre brasileiros, maiores de 35 anos, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública; e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

§ 4º — Os auditores do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, observadas as exigências do § 3º e terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Conselheiros”.

Quer nos parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Ato emanado do Sr. Chefe do Poder Executivo Estadual, contraria dispositivo constitucional, se não vejamos: a Constituição Federal em seu artigo 72, diz “O Tribunal de Contas da União com sede no Distrito Federal, em quadro próprio de pessoal, tem jurisdição em todo o País.

§ 3º — Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal dentre brasileiros, maiores de 35 anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos financeiros, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos, dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos”.

Ora, os Ministros do Tribunal de Contas, são nomeados pelo Presidente da República, mas a indicação depende de aprovação prévia pelo Senado Federal. Trata-se porconsequente, de nomeação que resulta da soma de duas manifestações de vontade: Presidente da República e Senado Federal.

A propósito, elucida o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

“A nomeação do Ministro do Tribunal de Contas da União é um ato complexo, em que se soma a vontade do Presidente da República, que o indica e afinal, nomeia. E a do Senado, que,



entre um e outro passo, aprova a indicação”.

O idêntico sistema preside, segundo a Constituição do Estado, a nomeação dos Srs. Conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado. E determina o que acabamos de ler da tribuna.

(Lê novamente o § 3º — Os seus Conselheiros serão nomeados pelo Governador...)

E diz o seguinte:

“Terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça”.

O auditor, no caso do Paraná, exerce funções de Conselheiro, porque ele goza das garantias e prerrogativas dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, como se Conselheiro fosse.

“Diante dos termos da Constituição Estadual, nem o legislador ordinário, poderia abrir a regra constitucional, exceção, ensejando nomeação para o cargo de auditor do Tribunal de Contas, independentemente de indicação e aprovação do nome pela Assembléia Legislativa.

Por maior razão falece competência ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para prover, mediante ato simples de nomeação, o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado.

O sentido, e o alcance da norma constitucional, está a dizer que a nomeação do Exmo. Sr. Emílio Gomes, foi realizada, ao arrepio do preceito nela estabelecido, em flagrante desrespeito ao Poder Legislativo”.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se registre nesta oportunidade, que não nos move qualquer interesse que pretenda atingir a pessoa do eminente ex-Governador Sr. Emílio Hoffmann Gomes. Mas, por outro lado, não podemos deixar também de levantar este problema na Assembléia do Paraná, por entendermos que o Sr. Governador do Estado estaria ou está obrigado pelos termos constitucionais, à aprovação prévia pela Assembléia, para posteriormente, fazer a nomeação que foi feita, a 05 de janeiro, conforme publica o Diário Oficial do Estado.

Nestas condições...

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu aporia aos argumentos expedidos por V. Exa., pelo menos, duas considerações: a primeira, é de que, como V. Exa. mesmo leu, a Constituição Federal apenas exige a aprovação do Senado para os Ministros do Tribunal de Contas da União. Não ocorrendo o mesmo procedimento para auditores.

Agora, é sabido que dentro da sistemática constitucional brasileira, as Constituições Estaduais não podem e nem devem discrepar do modelo federal. Bastaria isto, para que eu considerasse o dispositivo da Constituição Estadual, exatamente aquele dito por V. Exa. que é o artigo 41, mais precisamente os parágrafos 3º e 4º, para manifestar a discrepância ocorrida entre a Constituição Federal e a Estadual.

Mas se V. Exa. verificasse das atribuições da Assembléia Legislativa, exatamente no seu artigo 22, veria que é clara em normativizar que compete à Assembléia Legislativa aprovar previamente, por votação secreta, a indicação de Prefeitos da Capital, das estâncias hidro-minerais e dos Conselheiros do Tribunal de Contas, omitindo, portanto, um capítulo específico na sessão específica “das atribuições da Assembléia Legislativa”, a necessidade prévia de a Assembléia se manifestar, aprovando ou não o nome do Auditor.

Eu, embora respeitando o argumento de V. Exa. e de certa forma parecendo que a Constituição daria margem a um questionamento desta natureza, entendo todavia que não há necessidade prévia da aprovação pela Assembléia para nomeação de Auditores do Tribunal de Contas, cingindo-se, inclusive, à figura do Conselheiro, tal exigência.

Reconheço e confiro a V. Exa., o direito de questionar juridicamente a questão, embora entenda, como já disse anteriormente, que não é necessária a aprovação prévia.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Agradeço o aparte de V. Exa., ilustre líder da Aliança Renovadora Nacional.

Entretanto, devo dizer a V. Exa. que respeitando também os argumentos que V. Exa. traz em seu aparte, devo dizer que a Constituição do Estado do Paraná não é totalmente clara, como é de obrigação da lei, ser, e não poderia um membro deste Poder Legislativo olvidar o ato emanado de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, ainda mais da importância que se reveste esse.

Parece-me que a Constituição Estadual teve o cuidado, pelo menos nos conduz a esse raciocínio, que é de comparar o Conselheiro ao Auditor. Porque diz o seguinte: “Os Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça”. “Com respeito aos Auditores, diz o parágrafo 4º: “Terão as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos dos Conselheiros”.

Então, pelo texto constitucional, alcança-se o raciocínio de que Conselheiro e Auditor são figuras que se confundem pelo menos hierarquicamente.

Mas, se isto não bastasse, Srs. Deputados, apesar da recomendação constitucional do Estado, a Constituição Federal, em seu artigo 97, diz o seguinte: “Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Parágrafo 1º — A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia, em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo os casos indicados em lei.

Parágrafo 2º — Prescindirá de concurso a nomeação para cargos de comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração”.

Diante deste impasse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminharei à Mesa um requerimento com o seguinte teor: (Lê): “Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer após consulta ao Plenário, seja formulado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, o seguinte pedido de informações, seja informada a Assembléia Legislativa, no prazo legal, dos fundamentos Jurídicos e Constitucionais que determinaram o Decreto número 2772, publicado no Diário do Estado de 05/01/77, pelo qual foi nomeado para o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado, o Exmo. Sr. Emílio Hoffmann Gomes, por ato do Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

**JUSTIFICATIVA:**

Pelo artigo 41, parágrafos 3º e 4º, da Constituição do Estado do Paraná, está prescrita a prévia aprovação dos nomes de auditores e Conselheiros do Tribunal de Contas, pela Assembléia Legislativa, para a posterior nomeação pelo Chefe do Poder Executivo. Considerando que tal audiência não se realizou, é imprescindível seja a Casa informada dos fundamentos em que se baseou o Exmo. Sr. Governador, para nomear como Auditor do Tribunal de Contas do Estado, o ex-Governador Emílio Hoffmann Gomes”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — A Presidência consulta à Liderança da ARENA se deseja usar o horário que lhe é reservado.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Obrigado, Sr. Presidente, não desejamos.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/76, de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Com parecer **favorável** da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

# PROJETO DE LEI NÚMERO 132/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, através da sua representação do Estado do Paraná, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1976.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma Sociedade Civil Beneficente, que tem por objetivo instituir pecúlio e montepio, além de participar intensamente em programas de filantropia.

A documentação que anexamos ao presente, e mais o exemplar dos Estatutos, bem comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, para a sua declaração de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres pares com assento nesta colenda Casa de Leis.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 132/76

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Inegavelmente, a Sociedade acima presta inestimáveis serviços à sua comunidade, os membros da sua Diretoria não recebem qualquer remuneração e preenche ela os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Requeiro à Mesa, que faça uma chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatar o número de presenças.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Mesa fará, previamente, uma verificação de votação, para, posteriormente atender a V. Exa. se houver necessidade.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 132/76, queiram levantar-se.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Peça V. Exa. que faça soar os tímpanos para chamar os Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Atendo a solicitação oportuna do Sr. Deputado. — (Faz soar os tímpanos).

Em votação o Projeto de Lei número 132/76. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — (Pausa).

— Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa) — Constatada a presença de 27 Srs. Deputados no Plenário. A Presidência defere a solicitação do Sr. Deputado Antônio Facci, solicitando do Sr. 1º Secretário, que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Por questão de ordem, parece-me que está se votando uma matéria que não tem pertinência com o Estado do Paraná, mas com a sede em que reside o Presidente da mesma: Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas, do Rio Grande do Sul.

Indago de V. Exa., desconhecendo e não tendo qualquer subsídio na mão, indagarei da Presidência, se a Assembléia tem competência para fazer isto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa a V. Exa., que embora se observe que nos seus Estatutos a entidade tenha sede na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, mantém sucursal no Estado do Paraná.

A Presidência pode ler, para conhecimento de V. Exa., o parecer efetivo da douta Comissão de Constituição e Justiça. O Sr. Primeiro Secretário fará a leitura do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a leitura do parecer).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino que permita a constatação de quorum, porquanto se S. Exa. tiver que recorrer da decisão da Mesa para o Plenário, que tenhamos quorum regimental para as deliberações. Razão pela qual, a Presidência volta a solicitar do Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Acham-se presentes 36 Srs. Deputados.

Em votação o Projeto de Lei número 132/76. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que determine a regularização das ligações telefônicas. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Altônia. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do DER, no sentido de que sejam retificados os trechos de acessos da PR-272 à Vila Porto Ubá, no município de Jardim Alegre. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. General Adalberto Massa, pelos cinco anos de permanência à frente da Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná. — Em discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, lido da tribuna, soliciando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja profundamente analisada as declarações na "Gazeta do Povo" pelo Sr. Presidente da

Federação da Agricultura do Estado do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, solicitando seja encaminhado à Presidência da Associação dos Municípios do Paraná, formulando sugestões e apelos, com referência à administração da mesma. — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão pra a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente aos fundamentos legais jurídicos e constitucionais que determinaram o Decreto número 2772. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, e sua equipe, pela passagem do 2º ano de sua administração. — Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/76.

E marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 18, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 135/76.

Levanta-se a sessão.

### PORTARIAS:

#### PORTARIA NÚMERO 111/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições  
**R E S O L V E:**

revogar a partir de 01 de abril de 1977, todas as Portarias que autorizarem funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, excetuando-se os ocupantes dos cargos em Comissão.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 112/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições  
**R E S O L V E:**

designar, BLUMER BOSQUILIA, matrícula número 414, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 113/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições  
**R E S O L V E:**

designar, CARLOS EDUARDO JUNG, matrícula número 492, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 114/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições  
**R E S O L V E:**

I — instaurar sindicância para apurar possíveis irregularidades atribuídas a funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, divulgadas pela imprensa.

II — designar os funcionários estáveis, RUI FERRAZ DE CARVALHO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, ALBINO DE BRITO FREIRE, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito e LAERTES LUIZ FOGGIATO, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para sob a presidência do primeiro, promoverem a Sindicância, nos termos dos Artigos 306, número III e 307 e seguinte da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 115/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições  
**R E S O L V E:**

designar, ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, matrícula número 096, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar assessoramento dentro das funções de seu cargo efetivo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

### ATAS DAS COMISSÕES:

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às 17,00 horas do dia vinte e um de setembro de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, o Senhor Ezequias Losso, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, declarou que deixará de abrir os trabalhos da reunião em virtude da inexistência de "quorum", transferindo a reunião para a próxima terça-feira, dia vinte e oito, após a sessão plenária. Para constar lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinado.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Myrthes Magda Gomes — Secretária

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às dezessete horas do dia vinte e três de novembro de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, o Senhor Deputado Ezequias Losso, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, deixa de abrir os trabalhos da presente reunião, em virtude da inexistência de "quorum" ficando a mesma transferida "sine die". Para constar, lavrei o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinado, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente.

Myrthes Magda Gomes — Secretária

#### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às dezessete e trinta horas do dia vinte e oito de novembro de um mil novecentos e setenta e seis, na sala das reuniões, o Senhor Presidente

da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, declara que deixará de abrir os trabalhos da reunião, em face da inexistência de "quorum", transferindo a reunião para a próxima terça-feira, após a sessão plenária. Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinado.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
Myrthes Magda Gomes — Secretária

### 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às dezessete horas do dia vinte e três de dezembro de 1976, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Registra-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ezequias Losso, Enéas Faria e Valter Pietrângelo. O Sr. Presidente declara abertos os trabalhos da presente reunião. Em seguida, são aprovadas as atas das sessões anteriores. O Senhor Presidente, após várias considerações acerca dos trabalhos desenvolvidos pela presente comissão durante a sessão legislativa que hoje se encerra, agradece aos Srs. membros pelo desempenho que tiveram junto à mesma. Em seguida, o Senhor Presidente suspende os trabalhos da reunião, a fim de possibilitar a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, procede-se à leitura da presente ata, que é, em seguida, aprovada, sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara concluídos os trabalhos desta Comissão, pertinentes à 2ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, encerrando a reunião.

Sala das Comissões, em 23 de dezembro de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
Myrthes Magda Gomes — Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dez dias do mês de março, do ano de um mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, conforme convocação realizada pelo Senhor Deputado Paulo Camargo, de acordo com o Artigo 40, Parágrafo único, do Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça, a fim de realizar sua instalação e eleição de seu Presidente e Vice-Presidente, para a 3ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura. O Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, abriu a reunião, de conformidade com o Regimento Interno, com a presença dos Senhores Deputados, indicados pelas respectivas bancadas, Fidelcino Tolentino, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto de Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho e Waldenício Barbalho. Foram aclamados, por unanimidade, para Presidente o Senhor Deputado Paulo Camargo, e para vice-Presidente o Senhor Deputado Muggiati Filho. O Senhor Presidente ao assumir o cargo agradeceu a deferência e solicitou aos Senhores Membros da Comissão sugestões para a presente Sessão Legislativa nesta Comissão. O Senhor Deputado Waldenício Barbalho propõe reuniões ordinárias todas as quartas-feiras, após o término da Sessão Plenária Ordinária, como é de praxe nesta Comissão, e reuniões extraordinárias quando se fizer necessário. Aprovada a proposta. O Senhor Deputado Muggiati Filho sugere que seja solicitada à Mesa Executiva a adaptação urgente da Sala em frente ao elevador, para melhor funcionar esta Comissão, conforme já estava previsto na Sessão Legislativa anterior. Aprovada a sugestão. O Senhor Presidente solicitou o assessoramento técnico do Assistente Técnico José Maria Zanardini de Camargo e do funcionário Laertes Luiz Foggiatto, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos membros desta Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária em exercício desta Comissão.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO  
Presidente  
Rita Soares Bertoli  
Secretária

### COMISSÃO DE FINANÇAS 8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA INSTALAÇÃO

Aos onze (11) dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete, na Sala de Reunião das Comissões, após a sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental Art. 40, pelo Senhor Deputado Gabriel Manoel e contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos aos Senhores Deputados JOÃO CALIL FADEL e ANTÔNIO DEL CIEL, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado João Calil Fadel, agradece seus nobres pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, prometendo tudo fazer para que a mesma funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indicada a funcionária Teresinha Barbosa de Moura e Claro, para exercer a função de Secretaria da mesma. Ficou estabelecido também que as reuniões serão realizadas às terça-feiras. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Membros e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1977.

(aa) JOÃO CALIL FADEL — Presidente  
Teresinha Barbosa de Moura e Claro — Secretária

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 2ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e sete, às quatorze horas, na Sala da Comissão de Tomada de Contas, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Francisco Escorsin, Fuad Nacli e Basílio Zanusso, representantes da Aliança Renovadora Nacional e Antônio Facci, representante do Movimento Democrático Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Francisco Escorsin. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Em seguida o Deputado Fuad Nacli, fazendo uso da palavra pela ordem indicou o nome dos Senhores Deputado Francisco Escorsin e Antônio Facci para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os quais foram eleitos por unanimidade. A seguir o Deputado Francisco Escorsin agradeceu a honra e a confiança com que foi distinguida pelos seus pares que o conduziram à Presidência da Comissão. O Senhor Presidente convoca nova reunião para amanhã dia quinze de março, às dezesseis horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que vai por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

Sala das Comissões, em 14 de março de 1977.

(aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente  
José Tavares C. Filho — Secretário

### COMISSÃO DE TURISMO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e sete, reuniu-se na Sala das Comissões, os membros indicados para comporem a Comissão de Turismo e instalarem a respectiva Comissão. Estiveram presentes os Senhores Deputados David Federmann, Wilson Fortes, Augusto Carneiro, Nelson Buffara e Adalberto Daros. Assumiu a presidência na forma regimental o senhor Deputado David Federmann, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade, o senhor Deputado Nelson Buffara para Presidente e o Senhor Augusto Carneiro para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Senhor Deputado Nelson Buffara, agradeceu a honrosa confiança nele depositada, pelos ilustres membros componentes da Comissão de Turismo,

fazendo o propósito de corresponder integralmente na presidência da mesma. Na oportunidade designou a funcionária Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, para exercer a função de secretária de Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, secretária, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como, pelo Senhor Presidente e demais membros, para que a mesma produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 14 de março de 1977.

(aa) NELSON BUFFARA — Presidente

Maria Stella M. A. Gurgel — Secretária

**COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos quatorze dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete, cumprindo indicação de suas respectivas lideranças partidárias, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões os Senhores Deputados Fabiano Braga Cortes, Werner Wanderer e Wilson Fortes, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e os Senhores Deputados Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a fim de proceder a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Recursos Humanos. Iniciados os trabalhos, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Wilson Fortes na forma do Regimento Interno a fim de proceder a eleição. Procedida a votação, verificou-se a eleição do Senhor Deputado Wilson Fortes para o cargo de Presidente e do Senhor Deputado Nelson Buffara para o cargo de Vice-Presidente. O Senhor Deputado Wilson Fortes, agradeceu em seu nome e em nome do Senhor Vice-Presidente tão honrosa investidura, dizendo que retribuirá à altura dos Senhores Membros da Comissão de Recursos Humanos e demais Deputados deste Poder Legislativo nos cargos ora eleitos. Após o que condicionou, que as reuniões da Comissão de Recursos Humanos serão de acordo com a existência de matéria afetas à mesma e que quando tal ocorrer realizar-se-á após a sessão Plenária, lavrando-se a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Secretária, Elza Carneiro Camargo, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 14 de março de 1977.

(aa) WILSON FORTES — Presidente

Elza Carneiro Camargo — Secretária

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos quinze dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, instalou-se a Comissão de Orçamento. Verificada a existência de quorum os trabalhos foram abertos pelo Deputado Domício Scaramella, de acordo com o que estabelece o Artigo 40 do Regimento Interno. Feita a chamada, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jorge Sato, Deni Schwartz e Antônio Facci. A seguir, o Deputado Domício Scaramella falou da necessidade de se processarem as eleições para a Presidência e Vice-Presidência da referida Comissão, deixando livre a palavra para as indicações. Fazendo uso da palavra, o Deputado Deni Schwartz fez a indicação dos Senhores Deputados: Jorge Sato para a presidência e Antônio Facci para a Vice-Presidência, sendo que os mesmos foram eleitos por unanimidade. Assumindo a Presidência o Deputado Jorge Sato agradeceu a indicação de seu nome e a confiança nele mais uma vez depositada para presidir tão importante Comissão, dizendo ainda, que tudo fará para bem desempenhar sua função. A seguir, indicou o nome da funcionária Elcy Silva Batista, para desempenhar as funções de Secretária da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente

Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes e por mim Secretária.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1977.

(aa) JORGE SATO

Presidente

Elcy Silva Batista — Secretária

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO**

Aos quinze dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Instrução Pública, para a sessão de instalação, com a presença dos Senhores Deputados: Augusto Carneiro, Werner Wanderer, Luiz Gabriel Sampaio, Renato Bernardi e Edilson Alencar. Assumiu a Presidência na forma regimental, o Senhor Deputado Augusto Carneiro, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados à eleição do presidente e vice-presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. O Senhor Deputado Augusto Carneiro com a palavra, indica o nome do senhor deputado Werner Wanderer para Presidente e o senhor deputado Renato Bernardi indica o nome do senhor deputado Edilson Alencar para vice-presidente. Colocadas em votação, ambas as proposições são aprovadas por unanimidade. Assume a Presidência o senhor deputado Werner Wanderer, para agradecer em seu nome e também no do senhor deputado Edilson Alencar, a confiança neles depositada pelos ilustres membros da Comissão. Na oportunidade designou a funcionária Maria Aparecida Amaral, para exercer a função de secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente e demais membros presentes na reunião, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1977.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

Maria Aparecida Amaral — Secretária

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos quinze dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete, com a presença dos senhores deputados Lázaro Dumont, Alfredo Gulin, Wilson Fortes, Ernesto Dal'Oglio e Edilson Alencar, na sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio para o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental o Senhor Deputado Ernesto Dal'Oglio. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Ernesto Dal'Oglio, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para qual foi eleito o Senhor Deputado Lázaro Dumont agradeceu aos membros da Comissão, a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões serão realizadas de acordo com a necessidade da matéria, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões em 15 de março de 1977.

(aa) LÁZARO DUMONT

Presidente

Marlene Couto de Cristo  
Secretária